



Sumário

Nota à 22ª edição, xxix

Prefácio à 1ª edição, xxxi

- 1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 1
 - 1 Constitucionalismo, 1
 - 2 Conceito de Constituição, 2
 - 3 Classificação das constituições, 3
 - 3.1 Quadro geral, 3
 - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 3
 - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 4
 - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 4
 - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 5
 - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 5
 - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 6
 - 3.8 Constituição Federal de 1988, 6
 - 3.9 Outras classificações, 6
 - 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 7
 - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 7
 - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 7
 - 4.3 Normas programáticas, 9
 - 5 Interpretação das normas constitucionais, 9
 - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 11
 - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 14
 - 6 Preâmbulo constitucional, 15
 - 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 16

- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 18
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 18
 - 9.1 Asilo político, 19
- 2 PODER CONSTITUINTE, 21
 - 1 Conceito e finalidade, 21
 - 2 Titularidade do poder constituinte, 21
 - 3 Espécies de poder constituinte, 22
 - 4 Poder constituinte originário, 22
 - 4.1 Conceito, 22
 - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 22
 - 4.3 Características do poder constituinte originário, 23
 - 5 Poder constituinte derivado, 24
 - 5.1 Conceito e características, 24
 - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 24
- 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 25
 - 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 25
 - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 26
 - 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 27
 - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 27
 - 3 Direitos e garantias individuais, 28
 - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 28
 - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 29
 - 4 Destinatários da proteção, 29
 - 5 Direito à vida, 30
 - 6 Princípio da igualdade, 31
 - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 33
 - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 34
 - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 35
 - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 35
 - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 35
 - 7 Princípio da legalidade, 36
 - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 37
 - 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 39
 - 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 40
 - 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 40

- 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 41
- 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 42
- 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 43
- 10.4 Religião e cultura, 43
- 10.5 Assistência religiosa, 44
- 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 44
 - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 46
- 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 47
- 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 48
- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 50
 - 14.1 Questão do dia e da noite, 51
 - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 51
 - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 52
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 53
 - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 54
 - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 56
 - 15.3 Gravação clandestina, 60
 - 15.4 Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada, 63
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 64
 - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 64
 - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 66
 - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 69
 - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 71
 - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 72
 - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 72
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 73
 - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 74
 - 17.2 Tutela do direito de reunião, 75
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), 75
 - 18.1 Finalidade lícita, 75
 - 18.2 Caráter paramilitar, 75
 - 18.3 Vedação de interferência estatal, 76
 - 18.4 Conteúdo do direito de associação, 76
 - 18.5 Dissolução das associações, 77
 - 18.6 Representação dos associados, 77

- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 77
 - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 78
 - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 78
 - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 79
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 80
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 82
 - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 82
 - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 83
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 83
 - 22.1 Plenitude de defesa, 83
 - 22.2 Sigilo de votações, 83
 - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 84
 - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 84
- 23 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 87
 - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 88
 - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 90
 - 23.3 Procedimento e decisão, 92
 - 23.4 Prisão preventiva por extradicação, 94
 - 23.5 Atuação do judiciário na extradicação, 94
 - 23.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão, 95
 - 23.7 Extradicação e expulsão, 96
 - 23.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 98
 - 23.9 Extradicação e deportação, 98
 - 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 99
 - 23.11 Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo, 99
- 24 Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII e Lei nº 11.419/06)4, 99
 - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 102
 - 24.2 Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006), 103
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 103
 - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 106
 - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 109
 - 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 111
- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 112
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX), 113
- 28 Prisão civil, 114

- 29 Rol exemplificativo, 116
- 30 Direitos fundamentais e tratados internacionais, 116
- 4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 118
 - 1 *Habeas corpus*, 118
 - 1.1 Origem, 118
 - 1.2 Conceito e finalidade, 119
 - 1.3 Natureza jurídica, 121
 - 1.4 Garantia constitucional da liberdade de locomoção, 122
 - 1.5 Legitimidade ativa, 123
 - 1.6 Legitimidade passiva, 125
 - 1.7 Hipóteses e espécies, 126
 - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 126
 - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 126
 - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 126
 - 1.8 Possibilidade de supressão, 126
 - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 127
 - 1.10 Excesso de prazo, 127
 - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 128
 - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 128
 - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 131
 - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 131
 - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 132
 - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 133
 - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 133
 - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 134
 - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 135
 - 2 *Habeas data*, 135
 - 2.1 Conceito, 135
 - 2.2 Natureza jurídica, 136
 - 2.3 Finalidade, 136
 - 2.4 Cabimento, 137
 - 2.5 Legitimação ativa, 139
 - 2.6 Legitimação passiva, 139
 - 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 140
 - 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 142
 - 2.9 Competência, 143
 - 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 144

- 3 Mandado de segurança, 146
 - 3.1 Conceito e finalidade, 146
 - 3.2 Espécies, 147
 - 3.3 Natureza jurídica, 147
 - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 147
 - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 149
 - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 150
 - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 151
 - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 153
 - 3.9 Competência, 154
 - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 154
 - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 155
- 4 Mandado de segurança coletivo, 157
 - 4.1 Conceito, 157
 - 4.2 Finalidade, 157
 - 4.3 Objeto, 157
 - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 158
 - 4.5 Beneficiários, 162
 - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 162
- 5 Mandado de injunção, 163
 - 5.1 Histórico, 163
 - 5.2 Conceito, 163
 - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 164
 - 5.4 Requisitos, 166
 - 5.5 Legitimidade ativa, 166
 - 5.6 Legitimidade passiva, 166
 - 5.7 Procedimento, 167
 - 5.8 Competência, 168
 - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 169
- 6 Direito de certidão, 174
- 7 Direito de petição, 175
 - 7.1 Histórico e conceito, 175
 - 7.2 Natureza, 176
 - 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 176
 - 7.4 Finalidade, 176
- 8 Ação popular, 177
 - 8.1 Conceito, 177
 - 8.2 Finalidade, 177
 - 8.3 Requisitos, 178
 - 8.4 Objeto, 178
 - 8.5 Legitimação ativa, 178
 - 8.6 Legitimação passiva, 180

- 8.7 Natureza da decisão, 180
- 8.8 Competência, 181
- 8.9 Sentença e coisa julgada, 181
- 9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 182

- 5 DIREITOS SOCIAIS, 187
 - 1 Conceito e abrangência, 187
 - 2 Direito à segurança no emprego, 188
 - 3 Rol dos direitos sociais, 189
 - 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 192
 - 4.1 Conceituação, 192
 - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 192
 - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 194
 - 5 Direito de greve, 196

- 6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 198
 - 1 Conceito, 198
 - 2 Definições relacionadas à matéria, 198
 - 3 Espécies de nacionalidade, 199
 - 4 Brasileiros natos, 199
 - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 199
 - 5 Hipóteses de aquisição originária, 200
 - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 200
 - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 201
 - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 201
 - 5.4 Opção, 202
 - 5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 204
 - 6 Brasileiro naturalizado, 205
 - 6.1 Espécies de naturalização, 206
 - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 206
 - 6.1.2 Naturalização expressa, 206
 - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 210
 - 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 211
 - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 211
 - 7.2 Cargos, 211
 - 7.3 Função, 212

- 7.4 Extradicação, 213
- 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 213
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 213
 - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 214
 - 8.2 Naturalização voluntária, 215
 - 8.2.1 Regra constitucional, 215
 - 8.2.2 Exceções constitucionais, 216
- 7 DIREITOS POLÍTICOS, 217
 - 1 Conceito, 217
 - 2 Direitos políticos, 217
 - 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 218
 - 3.1 Conceituação, 218
 - 3.2 Classificação, 219
 - 4 Capacidade eleitoral ativa, 219
 - 5 Direito de voto, 220
 - 5.1 Natureza do voto, 220
 - 5.2 Caracteres do voto, 220
 - 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 222
 - 7 Elegibilidade, 222
 - 7.1 Conceito, 222
 - 7.2 Condições, 222
 - 8 Direitos políticos negativos, 224
 - 8.1 Conceito, 224
 - 8.2 Inelegibilidades, 225
 - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 225
 - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 225
 - 8.5 Inelegibilidade relativa, 226
 - 8.5.1 Por motivos funcionais, 226
 - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 237
 - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 240
 - 8.5.3 Militar, 242
 - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 243
 - 9 Privação dos direitos políticos, 243
 - 9.1 Perda, 244
 - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 244
 - 9.1.2 Escusa de consciência, 244
 - 9.1.3 Outros casos de perda, 246
 - 9.2 Suspensão, 246
 - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 246

- 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 246
 - 9.2.3 Improbidade administrativa, 252
 - 10 Partidos políticos, 253
 - 10.1 Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização, 254
 - 11 Língua e símbolos oficiais, 257
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 258
 - 1 Regras de organização, 258
 - 1.1 Adoção da federação, 258
 - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 260
 - 1.3 Capital Federal, 260
 - 1.4 União, 261
 - 1.5 Estados-membros, 262
 - 1.5.1 Autonomia estadual, 262
 - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 267
 - 1.6 Municípios, 267
 - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 268
 - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 272
 - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 276
 - 1.7 Distrito Federal, 278
 - 1.8 Territórios, 278
 - 1.9 Formação dos Estados, 279
 - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 280
 - 1.9.2 Subdivisão, 280
 - 1.9.3 Desmembramento, 280
 - 1.10 Formação de municípios, 281
 - 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 283
 - 2 Repartição de competências, 284
 - 2.1 Conceito, 284
 - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 284
 - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 286
 - 2.3.1 Quadro geral, 286
 - 2.3.2 Competências administrativas da União, 286
 - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 288
 - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 288
 - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 288
 - 2.3.6 Competência administrativa comum, 289
 - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 289
 - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 289
 - 3 Intervenção, 302

- 3.1 Parte geral, 302
- 3.2 Intervenção federal, 304
 - 3.2.1 Quadro geral, 304
 - 3.2.2 Hipóteses, 304
 - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 305
- 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 308

9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 310

- 1 Conceito, 310
- 2 Princípios constitucionais da administração pública, 311
 - 2.1 Princípio da legalidade, 311
 - 2.2 Princípio da impessoalidade, 312
 - 2.3 Princípio da moralidade, 312
 - 2.4 Princípio da publicidade, 314
 - 2.5 Princípio da eficiência, 314
 - 2.5.1 Introdução, 314
 - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 315
 - 2.5.3 Conceito, 316
 - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 319
 - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 322
- 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 324
 - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 328
 - 3.2 Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário, 330
- 4 Concurso público, 332
- 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 336
- 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 340
- 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 341
- 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 345
 - 8.1 Da necessidade da licitação, 345
 - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 346
 - 8.3 Da dispensa da licitação, 348
 - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 348
 - 8.5 Conclusão, 348
- 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 349
- 10 Improbidade administrativa, 352
- 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 355
- 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 357
 - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 360

- 13 Servidor público e mandato eletivo, 360
 - 14 Sistema remuneratório do servidor público, 361
 - 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 364
 - 15.1 Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria (ECs nºs 41/03 e 47/05), 366
 - 15.2 Pensão por morte de servidor público, 368
 - 15.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional, 371
 - 15.3.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 372
 - 15.3.2 Regra de transição para professor, 373
 - 15.4 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 373
 - 15.5 Servidores públicos e contribuição previdenciária, 374
 - 15.6 Quadro geral sobre previdência dos servidores públicos civis, 377
 - 15.7 Emenda Constitucional nº 41/03 e o respeito aos direitos adquiridos, 378
 - 15.8 Previdência Social e direitos adquiridos, 378
 - 16 Estabilidade do servidor público civil, 379
 - 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 382
 - 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 383
 - 18.1 Cargo público civil permanente, 383
 - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 383
 - 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 384
 - 20 Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos, 384
- 10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 393
- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 393
 - 1.1 Introdução, 393
 - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 394
 - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 397
 - 1.4 Conclusão inicial, 398
 - 2 Poder legislativo, 399
 - 2.1 Funções, 399
 - 2.2 Congresso Nacional, 399
 - 2.3 Câmara dos Deputados, 403 .
 - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 405
 - 2.4 Senado Federal, 405
 - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 407
 - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 409

- 2.6 Tribunal de Contas, 418
 - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 418
 - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 420
 - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 420
 - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 422
- 2.7 Estatuto dos congressistas, 423
 - 2.7.1 Introdução, 423
 - 2.7.2 Finalidade democrática, 423
 - 2.7.3 Histórico, 424
 - 2.7.4 Conceito de imunidades, 428
 - 2.7.5 Imunidades materiais, 428
 - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 432
 - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 433
 - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação, 435
 - 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 441
 - 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 443
 - 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 444
 - 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 444
 - 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 444
 - 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 444
 - 2.7.15 Incompatibilidades, 445
 - 2.7.16 Perda do mandato, 446
 - 2.7.17 Conclusão, 449
- 3 Poder Executivo, 451
 - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 453
 - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 453
 - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 454
 - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 458
 - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 459
 - 3.1.5 Vice-presidente da República, 462
 - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 464
 - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 466
 - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 467
 - 3.2.2 Crimes comuns, 479
- 4 Poder Judiciário, 485

- 4.1 Conceito, 485
- 4.2 Quadro de organização estrutural, 487
- 4.3 Funções típicas e atípicas, 488
- 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 488
 - 4.4.1 Garantias institucionais, 489
 - 4.4.2 Garantias aos membros, 493
 - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 496
 - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 498
 - 4.4.5 Conselho Nacional de Justiça, 500
- 4.5 Organização do Poder Judiciário, 517
 - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 519
 - 4.5.2 Requisitos para ingresso na carreira da magistratura, 520
 - 4.5.3 Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, 521
 - 4.5.4 Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição, 522
 - 4.5.5 Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente, 526
- 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 528
 - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 529
 - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 530
 - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 532
 - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF), 532
 - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 533
- 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 534
 - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 534
 - 4.7.1.1 Repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006), 549
 - 4.7.1.1.1 Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/06), 551
 - 4.7.1.1.2 Repercussão Geral e Emenda Regimental 21, 554
 - 4.7.1.1.3 Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/06), 556
 - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 564
 - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 569
 - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 573
 - 4.7.5 Justiça Militar, 574
 - 4.7.6 Justiça Federal, 574
 - 4.7.7 Justiça Estadual, 576

- 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”, 578
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 579
- 4.9 Disciplina constitucional dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública – Regra dos precatórios judiciais, 584
- 5 Ministério Público, 587
 - 5.1 Histórico, 587
 - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 588
 - 5.3 Posicionamento constitucional, 592
 - 5.4 Conceito, 593
 - 5.5 Princípios do Ministério Público, 594
 - 5.5.1 Unidade, 594
 - 5.5.2 Indivisibilidade, 595
 - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 595
 - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 595
 - 5.6 Funções, 597
 - 5.7 Ministério Público e poder de investigação, 599
 - 5.8 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 601
 - 5.9 Garantias do Ministério Público, 603
 - 5.9.1 Garantias da instituição, 604
 - 5.9.2 Garantias dos membros, 609
 - 5.10 Vedação ao exercício da política partidária, 611
 - 5.11 Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, 613
 - 5.12 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 614
 - 5.13 EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público, 619
 - 5.14 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 623
- 6 Advocacia pública, 625
- 7 Advocacia, 626
 - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 626
 - 7.2 Imunidade do advogado, 627
- 8 Defensoria pública, 628
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 630
 - 1 Conceito, 630
 - 2 Noções gerais, 632
 - 2.1 Conceitos iniciais, 632
 - 2.2 Processos legislativos, 633
 - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 633

- 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 634
- 3 Processo legislativo ordinário, 634
 - 3.1 Fase introdutória, 634
 - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 635
 - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 636
 - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 637
 - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 638
 - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 639
 - 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 640
 - 3.1.7 Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 640
 - 3.2 Fase constitutiva, 641
 - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 641
 - 3.2.2 Deliberação executiva, 646
 - 3.3 Fase complementar, 648
 - 3.3.1 Promulgação, 649
 - 3.3.2 Publicação, 649
- 4 Espécies normativas, 650
 - 4.1 Emendas constitucionais, 650
 - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 652
 - 4.1.2 Limitações expressas, 652
 - 4.1.3 Limitações implícitas, 655
 - 4.2 Lei complementar, 656
 - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 656
 - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 657
 - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 658
 - 4.3 Medidas provisórias, 659
 - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 660
 - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 662
 - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 663
 - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional, 664
 - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 665
 - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 666
 - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 666
 - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 667

- 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 669
- 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 671
- 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias, 672
- 4.4 Lei delegada, 678
 - 4.4.1 Natureza jurídica, 678
 - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 678
 - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 679
- 4.5 Decreto legislativo, 680
 - 4.5.1 Conceito, 680
 - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 680
 - 4.5.3 Tratados e atos internacionais e incorporação com *status* ordinário ou constitucional (direitos humanos), 680
- 4.6 Resolução, 684
 - 4.6.1 Conceito, 684
 - 4.6.2 Espécies, 684
 - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 685
- 4.7 Leis orçamentárias, 685
 - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 686
 - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 687
 - 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 687

12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 689

- 1 Idéia central, 689
- 2 Conceito, 691
- 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 691
 - 3.1 Requisitos formais, 691
 - 3.1.1 Subjetivos, 691
 - 3.1.2 Objetivos, 692
 - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 692
- 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 692
- 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 693
 - 5.1 Em relação ao momento de realização, 693
 - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 693
 - 5.2.1 Político, 693
 - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 694
 - 5.2.3 Misto, 694

- 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 694
- 6 Controle preventivo, 696
 - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 696
 - 6.2 Veto jurídico, 697
- 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 697
- 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 697
 - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 697
 - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 698
- 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 698
 - 9.1 Difuso ou aberto, 699
 - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 702
 - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 703
 - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 705
 - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 706
 - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 709
 - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 712
 - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 719
- 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 721
 - 10.1 Competência, 721
 - 10.2 Objeto, 721
 - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 722
 - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 725
 - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 725
 - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 726
 - 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 726
 - 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 727
 - 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 727
 - 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 728
 - 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 730
 - 10.3 Legitimação, 731
 - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 731
 - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 732
 - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 733
 - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 733

- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 734
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 735
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 738
- 10.7 Advogado-Geral da União, 738
- 10.8 Procedimento, 739
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 745
 - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 753
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 755
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 756
 - 12.1 Finalidade, 756
 - 12.2 Objeto, 757
 - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 757
 - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 758
 - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 758
 - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 759
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 759
 - 13.1 Previsão, 759
 - 13.2 Finalidade, 760
 - 13.3 Legitimidade, 761
 - 13.4 Objeto, 762
 - 13.5 Procedimento e julgamento, 762
 - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 767
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 768
 - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 773
 - 14.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 774
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 777
 - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 777
 - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 778
 - 2 Forças armadas, 781
 - 3 Segurança pública, 782
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 785
 - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 785
 - 2 Intervenção do Estado no domínio econômico, 787
 - 2.1 Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, 788
 - 3 Da política urbana, 788
 - 3.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 788

- 3.2 Usucapião constitucional de área urbana, 789
- 4 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 789
 - 4.1 Preceitos da política agrícola, 789
 - 4.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 789
 - 4.3 Reforma agrária, 790
 - 4.4 Usucapião constitucional de área rural, 792
- 5 Do sistema financeiro nacional, 792
 - 5.1 Emenda Constitucional nº 40/03, 792
 - 5.2 Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%, 793
- 15 ORDEM SOCIAL, 794
 - 1 Seguridade social, 794
 - 1.1 Parte geral, 794
 - 1.1.1 Conceito, 794
 - 1.1.2 Objetivos, 795
 - 1.2 Saúde, 796
 - 1.2.1 Conceito, 796
 - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 796
 - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 796
 - 1.2.4 Promoção da saúde pública e combate a endemias, 797
 - 1.3 Previdência social, 797
 - 1.3.1 Plano de previdência social, 797
 - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 799
 - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 800
 - 1.3.4 Regra de transição para professor, 801
 - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 801
 - 1.4 Assistência social, 802
 - 2 Educação, cultura e desporto, 803
 - 2.1 Educação, 803
 - 2.1.1 Conceito, 803
 - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 804
 - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 805
 - 2.1.4 Universidades, 805
 - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 805
 - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 807
 - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 807
 - 2.2 Cultura, 808
 - 2.3 Desporto, 809
 - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 809
 - 2.3.2 Justiça desportiva, 809
 - 3 Ciência e tecnologia, 809

- 4 Comunicação social, 810
 - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 811
 - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 812
- 5 Meio ambiente, 813
 - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 813
 - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 817
- 6 Família, criança, adolescente e idoso, 819
 - 6.1 Conceituação, 819
 - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 820
 - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 821
 - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 821
 - 6.4 Tutela aos idosos, 822
 - 6.4.1 Constituição Federal e Estatuto do Idoso, 822
 - 6.4.2 Saúde do idoso e cidadania, 823
 - 6.4.3 Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos, 825
 - 6.4.4 Idoso e transporte público, 825
- 7 Índios, 827

16 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 829

- 1 Conceito, 829
- 2 Competências tributárias, 832
- 3 Espécies de tributos, 832
 - 3.1 Impostos, 833
 - 3.2 Taxas, 834
 - 3.3 Contribuições de melhoria, 836
 - 3.4 Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, 837
 - 3.5 Empréstimo compulsório, 838
- 4 Competência residual tributária, 839
- 5 Imposto extraordinário, 840
- 6 Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos, 840
- 7 Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos, 841
- 8 Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias, 843
- 9 Limitações do poder de tributar, 847
 - 9.1 Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita, 848
 - 9.2 Princípio da igualdade tributária, 848
 - 9.3 Princípio da irretroatividade da lei tributária, 849
 - 9.4 Princípio da anterioridade tributária, 849
 - 9.5 Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal, 851
 - 9.6 Princípio da vedação ao confisco, 852
 - 9.7 Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens, 853
 - 9.8 Princípio da capacidade contributiva, 853

- 9.9 Princípio da razoabilidade, 853
- 9.10 Princípio da uniformidade, 854
- 10 Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar, 854
- 11 Isenções tributárias, 858

Anexo A – Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos, 861

Anexo B – Quadro comparativo dos direitos sociais, 886

Anexo C – Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania), 896

Anexo D – Quadro comparativo do processo legislativo, 940

Anexo E – Quadro comparativo da reforma do judiciário – EC nº 45/04, 965

Bibliografia, 985

Índice remissivo, 1001